

JE

Jornal dos Economistas

Nº 288 Julho de 2013

Orgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Causas econômicas das manifestações



João Paulo de Almeida Magalhães, Reinaldo Gonçalves, Eduardo Pinto, Paulo Passarinho, Carlos Eduardo Young, Camilla Aguiar e Fábio Guedes debatem o contexto econômico que motivou as demonstrações populares e analisam os desdobramentos.

Jornal dos Economistas ganha novo visual, com reformulação do projeto gráfico e impressão colorida em papel couché.

Causas econômicas das manifestações

Antes que algum economista fosse às ruas empunhando cartazes com dizeres do tipo “Padrão FIFA para o Jornal dos Economistas!”, o Corecon-RJ e o Sindecon-RJ decidiram renovar o visual do JE. Na verdade, a alteração do projeto gráfico do jornal foi planejada com antecedência como consequência da importância que a publicação ganhou no debate econômico brasileiro. O formato e o número de páginas permanecem inalterados, mas o jornal passa a ser colorido e impresso em papel couché.

O tema central dessa edição reflete as históricas demonstrações populares de junho. A contribuição do JE ao debate das causas, e também apontando desdobramentos, das manifestações concentra-se nos aspectos econômicos da questão, especialidade da publicação e de seus leitores.

A edição abre em com um artigo de João Paulo de Almeida Magalhães, um dos principais pensadores econômicos do país. O autor afirma que o baixo crescimento econômico brasileiro resulta da distorção estrutural conhecida como “doença holandesa” ou “maldição dos recursos naturais”. Ele aponta o problema da sobrevalorização da taxa de câmbio e afirma que o principal desafio para o Brasil é ingressar com força nos setores da indústria e dos serviços de tecnologia refinada.

Em entrevista, Reinaldo Gonçalves, do IE/UFRJ, atribui os levantes ao grave quadro econômico do país, inserido no que denomina de Modelo Liberal Periférico, caracterizado pelo seguinte tripé: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro.

Eduardo Pinto, do IE/UFRJ, critica a visão de que as demonstrações foram fruto da insatisfação com o aumento da inflação. Os manifestantes são majoritariamente oriundos da tradicional classe média, grupo que não se beneficiou diretamente das melhorias sociais e econômicas na base e no topo da pirâmide nos governos do PT.

Paulo Passarinho, economista e apresentador do programa de rádio Faixa Livre, afirma que as demonstrações representam o fim da hegemonia da economia política iniciada nos anos 1990, que ele denomina como a era das imposturas. O autor crê que ganha espaço a possibilidade de um modelo que subordine a lógica econômica às necessidades da maioria.

Carlos Eduardo Young e Camilla Aguiar, também do IE/UFRJ, apresentam uma interessante análise da mobilidade urbana, talvez o principal ponto da agenda reivindicatória dos manifestantes. Afirmando que a deficiência no transporte público urbano é um mecanismo de exclusão social por limitar a possibilidade de qualificação profissional dos trabalhadores das periferias.

No artigo de fechamento da edição, Fábio Guedes, da UFAL, afirma que o povo foi às ruas para questionar a baixa qualidade e abrangência dos serviços públicos e a má destinação dos recursos dos contribuintes.

Sumário

Causas econômicas	3
<i>João Paulo de Almeida Magalhães</i>	
O Pibinho, Causas e Soluções	
Entrevista: Reinaldo Gonçalves.....	6
“Depois de 10 anos de governo há a falência do PT, que tem sido absolutamente incapaz de realizar mudanças estruturais no país. O transformismo petista gera frustração e revolta.”	
Causas econômicas	9
<i>Eduardo Costa Pinto</i>	
Junho de 2013: manifestações, tensões, perplexidade e questões em aberto	
Causas econômicas	11
<i>Paulo Passarinho</i>	
A era das imposturas na berlinda	
Causas econômicas	13
<i>Carlos Eduardo Frickmann Young</i>	
<i>Camilla Aguiar</i>	
O custo da hora parada no trânsito	
Causas econômicas	15
<i>Fábio Guedes Gomes</i>	
Os Protestos Sociais e suas Raízes Econômicas	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

O Pibinho, Causas e Soluções¹

João Paulo
de Almeida Magalhães*

Observação Preliminar

A preocupação com o lento crescimento do PIB brasileiro decorre do fato de que, no atual mundo globalizado, os grupos de baixa renda do país tomam conhecimento, e passam a reivindicar, padrões de vida dos países desenvolvidos e já adotados pelas categorias de alta renda dos próprios subdesenvolvidos. Reivindicação que não pode ser ignorada porque seus defensores se acham no segmento de maior peso eleitoral do país. Até agora se supunha dispor de prazo para atendê-la. A onda de protestos que hoje se alastra pelo país demonstra, contudo, que esse prazo se esgotou. Donde a absoluta necessidade e urgência de se retomar o crescimento acelerado da economia brasileira, se não a taxas iguais às dos países asiáticos, pelo menos em ritmo não inferior aos 7% registrados no período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e 1980.

Os fatos

Durante todo o período posterior a 1980 e até o segundo mandato de Lula, o PIB brasileiro cresceu na média anual de cerca de 2,5%, como consequência de política neoliberal inspirada no Consenso de Washington. Após 2006, com o lançamento do PAC, o neoliberalismo é abandonado, passando a taxa média de incremento do PIB para algo em torno de 4%. O que gerou grande onda de otimismo, hoje desmentido.

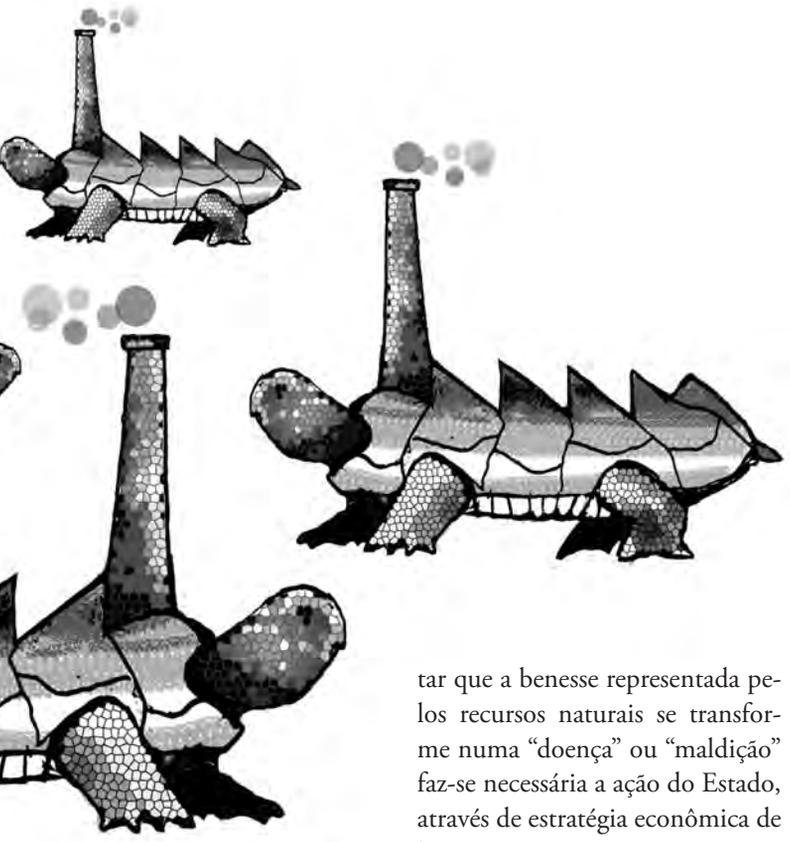
De fato, em 2011 esse crescimento foi de 2,7%, caiu para

0,9% em 2012 e as apostas para 2013 têm orbitado a casa dos 2%. Ou seja, o problema é um Pibinho que ameaça se perpetuar.

A interpretação do problema

A primeira interpretação é de que estamos diante das consequências da crise mundial. Trata-se, assim, de dificuldade de natureza essencialmente conjuntural, ou de curto prazo, que desaparecerá quando Europa e Estados Unidos voltarem ao seu ritmo histórico de crescimento.

A correta interpretação para o Pibinho é que o Brasil não está, em última análise, diante de dificuldade conjuntural suscetível de ser corrigida a curto prazo, mas de distorção estrutural usualmen-



te referida seja como “doença holandesa” seja como “maldição dos recursos naturais”. A primeira distorção foi identificada na Holanda quando a descoberta de grandes reservas de recursos naturais levou ao relativo abandono de atividades de tecnologia avançada. A maldição dos recursos naturais foi diagnosticada quando regiões onde estes eram abundantes (América Latina, por exemplo) registraram crescimento econômico inferior ao de áreas menos bem dotadas de recursos naturais (países asiáticos).

Essa distorção decorre do livre funcionamento do mecanismo de preços. No caso da abundância de recursos naturais, investimentos que utilizam esses insumos registram lucratividade superior à aplicação em atividades de maior refinamento tecnológico. Para evi-

tar que a benesse representada pelos recursos naturais se transforme numa “doença” ou “maldição” faz-se necessária a ação do Estado, através de estratégia econômica de longo prazo, que oriente corretamente o crescimento do país.

A manifestação mais grave desse problema no Brasil foi o processo de desindustrialização. Segundo o Ipea (2009): “Entre 1980 e 1996 a participação da indústria brasileira no PIB reduziu-se em 50%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (...) sobressai também o fato de que a indústria brasileira que sobreviveu à apreciação cambial é basicamente a de mais baixo valor agregado, elevando significativamente o peso das commodities nas exportações” (p. 31, grifos nossos).

Causas do problema

Verificado o fato de que nos achamos, no caso do Pibinho, diante de distorção estrutural, o passo seguinte consiste em identificar as causas do problema. E a

maneira mais expedita de se determiná-las consiste em confrontar a experiência brasileira de desenvolvimento com o que ocorreu nos bem-sucedidos países do Leste e Sul da Ásia. É o que se fará nas linhas abaixo.

A experiência brasileira de desenvolvimento

Antes da Segunda Guerra Mundial, achava-se que não existiam países subdesenvolvidos, mas somente nações atrasadas, ou seja, que ainda não haviam conseguido criar os requisitos necessários ao crescimento econômico. Findo o conflito, tomou-se consciência de que não apenas existiam países subdesenvolvidos como sua situação tendia, frequentemente, a se agravar. Surgiu, assim, a Economia do Desenvolvimento, dedicada ao estudo das características específicas do crescimento retardatário e à definição das medidas necessárias de política econômica. Dado, contudo, após os anos 1970, o desinteresse pelo tema de parte das economias maduras, de onde provinham estudos e análises da disciplina, esta entrou em declínio. Pelo menos enquanto criadora de teorias e definidora de políticas econômicas específicas para o crescimento retardatário. Em função disso, passou-se a considerar que teorias e políticas válidas para o crescimento clássico historicamente observado nos atuais países desenvolvidos eram plenamente aplicáveis ao crescimento retardatário.

Segundo estas, o crescimento econômico tem como base o aumento de capital por trabalhador, viabilizado por tecnologia em constante progresso. O papel do governo deve se limitar a garantir os equilíbrios fundamen-

tais (cambial, fiscal e monetário), dado que o mecanismo de preços, no seu livre funcionamento, garantirá o crescimento econômico. Outro ponto importante é que as teorizações neoclássicas ignoram a questão de mercado. Ou seja, aceitam implicitamente a lei de Say, segundo a qual toda oferta cria sua própria procura. No caso dos países em desenvolvimento, como a tecnologia já se acha disponível, o necessário seria somente garantir taxas de poupanças das dimensões necessárias e limitar a ação do Estado à garantia dos três equilíbrios fundamentais (cambial, fiscal e monetário). Essa receita de política econômica foi formalizada no Consenso de Washington. Sua consequência foi reduzir o incremento do PIB brasileiro, da média anual de 7%, nas três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, para menos de 3%, após 1980.

A experiência asiática de desenvolvimento

Mudança radical nessa perspectiva vai ocorrer em função do documento de 1993 do Banco Mundial *The East Asian Miracle*, que identifica as causas do rápido crescimento econômico dos países asiáticos. Contrariamente à visão neoclássica, o trabalho constatou, em primeiro lugar, que a ação do Poder Público, sob a forma do que chamou de *market friendly intervention*, foi de vital importância no excepcional sucesso econômico dos países asiáticos. Em segundo lugar, e ainda mais importante, ele verificou que, no sentido oposto da interpretação neoclássica, não foi o aumento de poupanças que precedeu a aceleração do crescimento, mas esta que veio antes do aumento de poupanças.

Nos debates que se seguiram a essa conclusão reconheceu-se que, na existência de oportunidades de investimento, as poupanças se elevavam endogenamente ao nível necessário.

Como oportunidades de investimento são sinônimos de existência de mercado, em termos de política econômica a conclusão é a seguinte: se no crescimento clássico, historicamente observado nos países desenvolvidos, o importante são o nível adequado de poupanças e o progresso tecnológico, no crescimento retardatário, presentemente em curso nos países em desenvolvimento, o significativo é a disponibilidade de mercado. Portanto, contrariamente ao que sustenta a teoria neoclássica, em estratégias de desenvolvimento, o importante não é a elevação de poupanças, mas a garantia de mercado de dimensões e dinamismo adequados. Isso porque, na existência de mercado, a poupança cresce endogenamente.

O mecanismo é o seguinte: na existência de mercado, as empresas passam a atendê-lo operando, por exemplo, em dois turnos, recuperando equipamento descartado, pagando horas extras de trabalho etc. Seus lucros aumentam e são retidos para novos investimentos. Ou seja, esforço prévio de poupanças não é necessário. Assim as taxas de poupança sobre o PIB de 30% ou mais de países asiáticos não foram obtidas através de drástica redução no consumo de suas populações, mas proporcionadas por empresas beneficiadas por medidas que lhes asseguraram disponibilidade adequada de mercados.

Dois outros pontos relevantes na experiência dos países asiáticos são que (a) a política econômica tem como base uma visão estratégica de longo prazo na qual são

valorizados setores de tecnologia avançada e (b) o alcance de metas de desenvolvimento tem prioridade relativamente à obtenção dos equilíbrios fundamentais. Assim, por ocasião dos dois choques do petróleo dos 1970, os países da região aceitaram surto inflacionário como condição para manter suas taxas de crescimento. No caso da Coreia do Sul, por exemplo, a inflação anual média ficou, nesse período, em torno de 20%.

Uma nova estratégia econômica

A análise acima mostrou, com base na bem-sucedida experiência dos países asiáticos, que uma correta estratégia deve ter como base a criação de mercado ou a conquista dos já existentes. Mercados de dinamismo e dimensões suficientes para proporcionar em prazo razoável a eliminação do atraso econômico. Condição preliminar a ser atendida, no entanto, é a correção do enfoque curtoprazista que vem dominando tanto o pensamento quanto a política econômica do país.

A distorção curtoprazista

Passo preliminar para a montagem de estratégia para o desenvolvimento econômico do Brasil é eliminar a visão curtoprazista que domina o pensamento econômico brasileiro. Situação que se explica pelo fato de que, com o declínio da Economia do Desenvolvimento, passou a dominar, no pensamento econômico do país, a visão neoclássica, segundo a qual a ação do governo deve se concentrar em políticas de curto prazo destinadas a garantir os equilíbrios fundamentais. Feito isso, o cresci-



mento econômico se seguiria, sem que fosse necessária qualquer outra ação do Poder Público.

No caso brasileiro, o curto-prazismo se acha amplamente reconhecido na literatura. Em pesquisa do Ipea de responsabilidade de Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi (2005) este fato se acha comprovado. A pesquisa tomou a forma de entrevistas com 38 economistas do melhor nível nacional, aos quais se indagou suas posições relativamente ao crescimento econômico do país. Os responsáveis pela pesquisa resumem da seguinte forma suas conclusões: “Desde as primeiras entrevistas ficou claro que o ‘crescimento’ não tem ocupado parte central das preocupações e das reflexões da maioria dos economistas brasileiros. De fato, o campo temático mostrou-se pouco propício a grandes aprofundamentos por parte dos entrevistados e tornou-se evidente, durante a pesquisa, que se tratava de um regresso ao tema”. E continuam: “Há como se mencionar uma extrema preocupação com o curto prazo, em especial com a política de estabilização, a qual vem afogando e desfocan-

do a visão de longo prazo” (p. 35, grifos nossos). A política de estabilização pode ser entendida como de estabilização monetária.

Economia de longo prazo

Estratégia voltada para a criação de mercado, como aliás qualquer estratégia, apresenta resultados a prazos médio e longo. Há, contudo, medidas de adoção imediata e outras que se estendem por longo período. A medida clássica de caráter imediato para a criação de mercado é o protecionismo, que constituiu o instrumento básico utilizado pelos países da segunda onda de industrialização, a saber, Estados Unidos, Japão e Alemanha. No Brasil de hoje, o tipo de medida necessária seria a substancial desvalorização da taxa de câmbio. A atual sobrevalorização do real reduz, de fato, drasticamente o mercado externo para o produto brasileiro e, em sentido oposto, abre o mercado brasileiro ao produto estrangeiro proporcionando-lhe, inclusive, condição favorecida para sua concorrência com o produto nacional. A taxa de câmbio sobrevalorizada é apontada pelo Ipea como a causa básica da “doença holandesa” no Brasil.

Ao analisar as causas da desindustrialização em curso no país, o IPEA (2009) afirma: “Um dos fatores principais dessa evolução desfavorável foi a forte apreciação do câmbio” (p. 31, grifo nosso). Em texto para discussão do Ipea (Thorstensen, 2011) vamos encontrar a seguinte afirmação: “A indústria brasileira enfrenta atualmente um dos maiores desafios de sua história. De um lado tem que produzir de forma competitiva, em um contexto de determinantes adversos (...) taxas de juros

elevadas, altas cargas de impostos, custos elevados de serviços de infraestrutura e, sobretudo, uma taxa de câmbio sobrevalorizada” (p. 44, grifo nosso).

Para dar uma ideia da dimensão do problema, basta lembrar que há algum tempo atrás o Ministro Guido Mantega, em declaração publicada na imprensa diária, afirmou que a produção industrial brasileira seria imbatível com a taxa de câmbio de 2,6 reais por dólar. Em artigo recente na Folha de São Paulo, Bresser-Pereira sugeriu a taxa de 2,7 para tornar a indústria brasileira internacionalmente competitiva. João Sicsú (2007), considerando possivelmente o exemplo chinês, que usa a taxa de câmbio subvalorizada para dar competitividade internacional a sua indústria, sugere taxas real/dólar de 3,4 ou 3,5. E considera inaceitáveis taxas inferiores a 2,8.

As medidas de criação de mercado de implementação prolongada destinam-se a conferir competitividade a empresas brasileiras em setores de tecnologia avançada. Para, de fato, atingir produto por habitante do nível registrado nos países desenvolvidos é necessário, a qualquer país, que disponha de número significativo de atividades produtivas de alta tecnologia, dado que apenas estas proporcionam elevado valor adicionado por trabalhador. É o que demonstra a experiência de países que atingiram recentemente o pleno desenvolvimento, para o qual empresas como a Samsung, Toyota e Nokia foram de fundamental importância. No Brasil tivemos apenas o caso isolado da Embraer.

Ou seja, hoje há preocupação generalizada com a desindustrialização no país. Esse problema será possivelmente resolvido com a

simples colocação da taxa de câmbio no nível acima proposto. Isso, contudo, não é suficiente. A viabilização de número adequado de empresas em setores de alta tecnologia é fundamental para a completa eliminação do nosso atraso econômico. Ou seja, o objetivo não é apenas evitar a desindustrialização, mas criar condições para o Brasil ingressar com força nos setores da indústria e dos serviços de tecnologia refinada.

Obras citadas

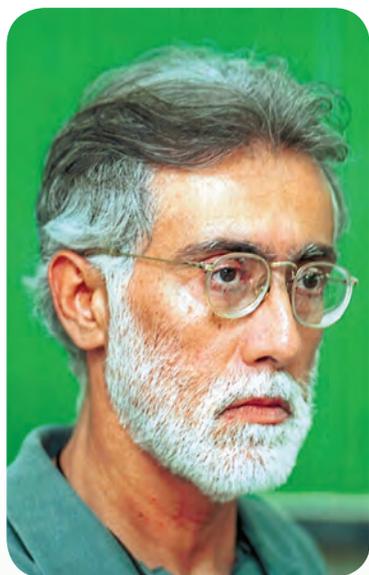
- Banco Mundial. *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*. Oxford University Press, New York, 1993.
- Bielschowsky, R. e Mussi, C. (org.) *Políticas para a Retomada do Crescimento*. IPEA, Brasília, 2002.
- Bresser-Pereira, L. C. *Baixo Crescimento, Ideologia e Pensamento*. Folha de São Paulo, 17 dez. 2012.
- IPEA. *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. IPEA, Brasília, 2009.
- IPEA. *Macroeconomia para o Desenvolvimento*. IPEA, Brasília, 2010.
- Magalhães, J. P. A. *Crescimento Clássico e Crescimento Retardatário: uma necessária (e urgente) estratégia de longo prazo para as políticas de desenvolvimento*. Contraponto, Rio de Janeiro, 2012.
- Sicsú, J. e Vidotto (org.). *Economia do Desenvolvimento: Teoria e Políticas Keynesianas*. Campus, Rio de Janeiro, 2008.
- Sicsú, J. *Emprego, Juros e Câmbio, Finanças Globais e Desemprego*. Campus, Rio de Janeiro, 2007.
- Thorstensen, V. *A Defesa Comercial dos BICS: Lições para a Política Brasileira* (texto para discussão 1635). IPEA, Brasília, 2011.

* Ex-presidente do Corecon-RJ, é professor titular da UFRJ e autor de extensa obra sobre Economia.

I O presente artigo se baseia em análise por mim desenvolvida em *Crescimento Clássico e Crescimento Retardatário: uma necessária (e urgente) estratégia de longo prazo para políticas de desenvolvimento*. A pesquisa foi patrocinada pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Corecon-RJ.

“Depois de 10 anos de governo há a falência do de realizar mudanças estruturais no país. O tra

Professor titular do Instituto de Economia da UFRJ, autor de *Desenvolvimento às Avessas. Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento* (Rio de Janeiro: LTC, 2013), Reinaldo Gonçalves é um crítico ferrenho das políticas implantadas pelos governos Lula e Dilma, inseridas no contexto do que ele denomina como Modelo Liberal Periférico. Nessa entrevista, analisa as causas e os desdobramentos das demonstrações populares.



P: Quais são as principais causas da revolta popular?

R: O Brasil vive crise sistêmica: econômica, social, ética, política e institucional. Há 20 anos o país tem um modelo de desenvolvimento denominado de Modelo Liberal Periférico (MLP). O MLP tem como características marcantes: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. O MLP tem padrões específicos de dominação, acumulação e distribuição. No que se refere ao padrão de dominação, o MLP envolve um pacto dos grupos dirigentes com os setores dominantes (empreiteiras, bancos, agronegócio e mineradoras) que aumenta a concentração de riqueza e poder. O padrão de acumulação envolve, além de baixas taxas de investimento, o deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário-exportador. E, por fim, o padrão de distribuição limita-se à redistribuição incipiente da ren-

da entre os distintos grupos da classe trabalhadora de tal forma que os interesses do grande capital são preservados.

No MLP brasileiro a trindade da Economia Política (dominação-acumulação-distribuição) é perversa, visto que é sustentada por um sistema político corrupto e clientelista. Este sistema não se restringe às relações entre grupos dirigentes e setores dominantes. De fato, ele envolve sindicatos, entidades estudantis, organizações não governamentais, intelectualidade, grupos sociais no campo da pobreza absoluta e da miséria. Trata-se de um social-liberalismo corrompido pelo patrimonialismo e garantido pela fragilidade da sociedade civil.

O casamento do MLP com o sistema político clientelista e corrupto gerou o Desenvolvimento às Avessas. Esta trajetória de desenvolvimento é marcada, na dimensão econômica, por: fraco desempenho; crescente vulnerabilidade externa estrutural; transformações estruturais que fragilizam e implicam volta ao passado; e ausência de mudanças ou de reformas que sejam eixos estruturantes do desenvolvimento de longo prazo. Ademais, observa-se o invertebramento da sociedade, a deterioração do *ethos*, a degradação das instituições e a consolidação do sistema político corrupto e clientelista. Trato destes temas no meu mais recente livro.

A discussão sobre modelos de desenvolvimento não é absoluta. É evidente que há diferentes modelos na Suécia, China,

Estados Unidos e Paraguai. O modelo brasileiro atual aproxima-se deste último. Portanto, são duas décadas de acúmulo de graves problemas estruturais nas dimensões econômica, social, ética, política e institucional. O resultado não poderia ser outro: crise sistêmica.

P: Em que medida as manifestações são, também, uma crítica à gestão do PT nos últimos dez anos?

R: A atual crise também é consequência do surgimento de três fenômenos nos dois governos petistas: o Brasil Invertebrado e o Brasil Negativado. O Brasil Invertebrado caracteriza-se pelo fato de que os grupos dirigentes têm sido capazes de cooptar a grande maioria das organizações sociais, sindicais, estudantis e patronais. Grupos sociais não organizados, assim como movimentos sociais de maior envergadura, também são neutralizados por meio de políticas clientelistas. Ademais, a impunidade de corruptos e corruptores continua como a regra geral, que tem poucas e surpreendentes exceções. Grandes grupos econômicos desempenham papel de atores protagonistas via abuso do poder econômico, corrupção e financiamento de campanhas eleitorais. Neste sentido, a ausência de organizações efetivamente representativas provoca revolta.

O Brasil Negativado, por seu turno, expressa a deterioração das condições econômicas e abarca o país, o governo, as empresas e as famílias. As finanças públicas se caracterizam por significati-

PT, que tem sido absolutamente incapaz de transformar o transformismo petista gera frustração e revolta.”

vos desequilíbrios de fluxos e estoques, além, naturalmente, dos problemas epidêmicos de déficit de governança e superávit de corrupção. O aumento da dívida das empresas e famílias tem cau-

sado crescimento significativo da inadimplência. O aumento da negatividade é resultado da política de crédito fortemente expansionista no contexto de taxas de juros absurdas, fraco crescimento

PT gerou grande frustração. O social-liberalismo corrompido só se consolidou visto que sustentado por transferências e políticas clientelistas e assistencialistas. Depois de 10 anos de governo há a falência do PT, que tem sido absolutamente incapaz de realizar mudanças estruturais no país. Só houve a consolidação do Modelo Liberal Periférico (que reúne o que há de pior no liberalismo e na periferia) e a manutenção da trajetória de Desenvolvimento às Avessas. O transformismo petista gera frustração e revolta.

O Brasil Invertebrado, o Brasil Negativado e o transformismo do PT agravam os problemas econômicos, sociais, éticos, políticos e institucionais, comprometem a capacidade de desenvolvimento do país e geram frustração, sofrimento e revolta. Portanto, os governos petistas são os principais responsáveis pela crise atual.

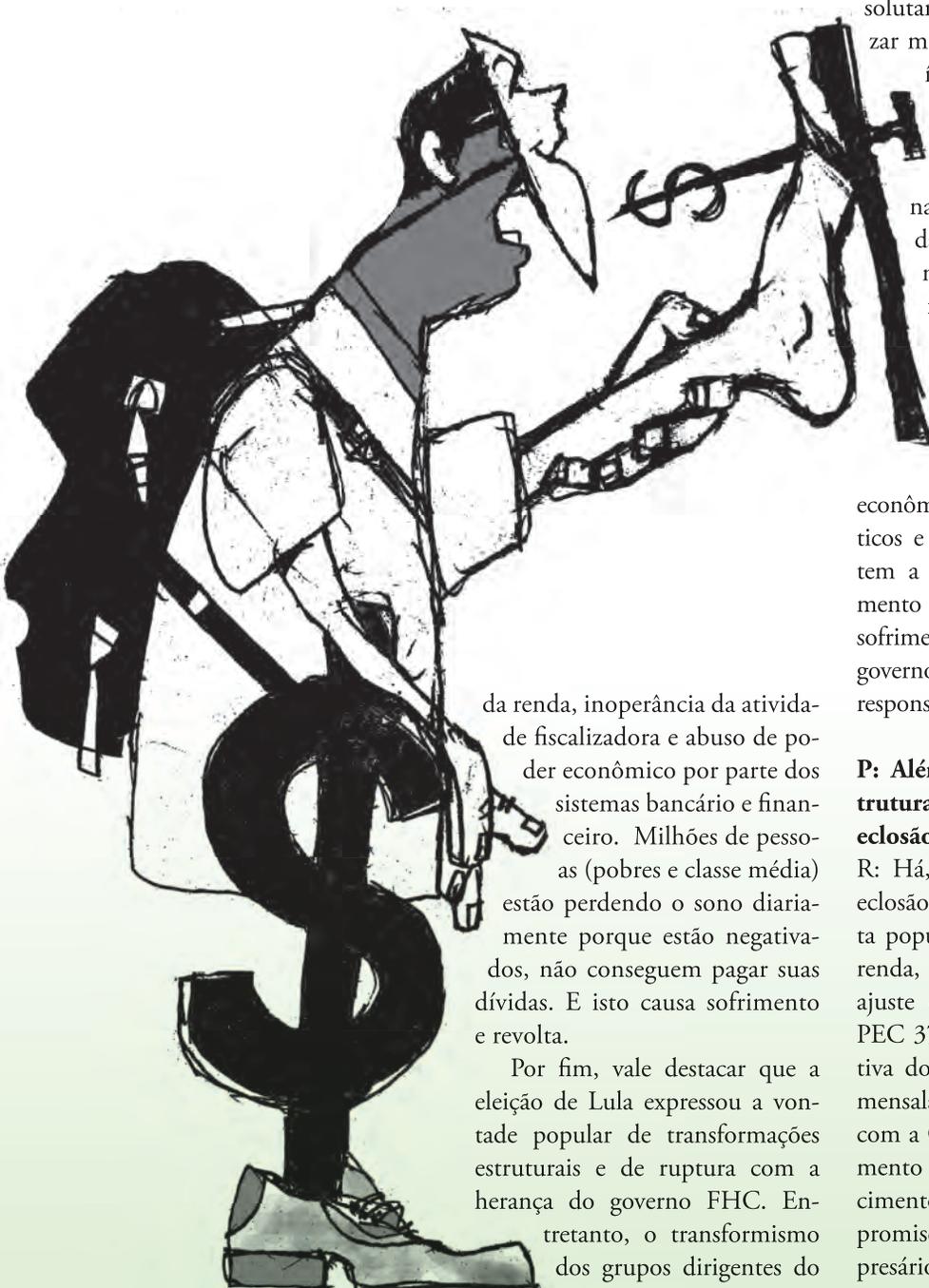
P: Além dos determinantes estruturais, que fatores explicam a eclosão da revolta popular?

R: Há, naturalmente, fatores de eclosão (“gota d’água”) da revolta popular: baixo crescimento da renda, aumento da inflação, reajuste das tarifas de transporte, PEC 37, demora na punição efetiva dos condenados no caso do mensalão, desperdício de recursos com a Copa e as Olimpíadas, aumento das evidências de enriquecimento de dirigentes políticos e promiscuidade com grandes empresários, etc. Entretanto, na raiz

desses fatores há graves problemas estruturais. A proteção da indústria automobilística, a inoperância e a corrupção comprometem todo o sistema de transporte. A degradação na educação e a tragédia na saúde são processos evidentes. A indignação e o desconforto da população decorrem também da hipocrisia e da inoperância dos grupos dirigentes, do abuso do poder econômico das grandes empresas e da impunidade. Há também clara percepção de crise ética associada à fragilidade e degradação das instituições. E, ademais, no plano da disputa político-partidária, de modo geral, a oposição é tão medíocre e nefasta quanto a situação. Esta é uma razão adicional que mostra que a crise é sistêmica e, não é por outra razão, que os manifestantes dispensam e até mesmo rejeitam os partidos políticos. A tradição brasileira de que a promiscuidade que envolve dirigentes e grandes empresas não implica risco moral parece ter alcançado ponto de saturação. Há crise de legitimidade do Estado e de representação. Enfim, crise institucional.

P: Como avalia as propostas da presidente Dilma? Por quais razões ela não tem recebido apoio do partido e da oposição?

R: Como parte da herança maldita do governo Lula há não somente o aprofundamento do Modelo Liberal Periférico e o Desenvolvimento às Avessas, como também há o governo Dilma, marcado por déficit de governança e de liderança. A falta de apoio resulta da natureza das propostas apresentadas no dia 24 de junho.



da renda, inoperância da atividade fiscalizadora e abuso de poder econômico por parte dos sistemas bancário e financeiro. Milhões de pessoas (pobres e classe média) estão perdendo o sono diariamente porque estão negativados, não conseguem pagar suas dívidas. E isto causa sofrimento e revolta.

Por fim, vale destacar que a eleição de Lula expressou a vontade popular de transformações estruturais e de ruptura com a herança do governo FHC. Entretanto, o transformismo dos grupos dirigentes do

O pacto número 1 reafirma a responsabilidade fiscal. Por um lado, ele informa aos setores dominantes (principalmente, bancos e grupos rentistas) que seus interesses não serão afetados, ou seja, não haverá qualquer mudança na política de geração de superávits primários focados no pagamento dos juros da dívida pública. Por outro, há a sinalização para governadores e prefeitos que, sendo evidente que a sufocação da revolta passa pela abertura dos cofres públicos, o executivo federal quer dividir a fatura com as outras instâncias de governo. Neste sentido, pode-se ler este pacto da seguinte forma: a sufocação da crise exige recursos extraordinários que devem também vir da redução da “taxa de malfeitos” em todas as instâncias de governo.

No que se refere à reforma política (pacto número 2), a ideia de plebiscito objetiva ganhar tempo. É uma forma de adiar decisões que contrariem os interesses dos grupos dirigentes e dos setores dominantes. Vale notar que a proposta da OAB é a única sensata: representações da sociedade civil discutem e elaboram um projeto, que recolhe apoio na própria sociedade (assinaturas) e é enviado para o Congresso sancionar. Ou seja, o Executivo fica de fora, enquanto o Legislativo somente aprova; o que é a única forma de enfrentar a crise de legitimidade do Estado.

A proposta de contratação de médicos estrangeiros (pacto número 3) mostra como a inoperância pode chegar ao ponto do ridículo-trágico. Se esta proposta vingar, teremos médicos bolivianos trabalhando em hospitais no padrão haitiano (com deficiência de equipamentos, remédios, enfermeiros, técnicos, adminis-



tradores, superfaturamento nas compras governamentais etc.), ou seja, degradação ainda maior da área da saúde. Há, ainda, a proposta inócua de aumento das penas por corrupção. O Brasil tem um sistema penal profundamente antidemocrático em que rico não é preso. Que diferença faz penas de prisão de um ano ou 30 anos para ricos que sabem que não serão presos? Esta medida desmoralizará ainda mais as instituições e, em algum momento, provocará mais indignação e revolta.

Os pactos número 4 e 5 envolvem promessas de maiores investimentos em transporte e educação que, como parte da estratégia governamental, envolvem promessas que não serão cumpridas. Na realidade, estes pactos reproduzem a prática de dois governos petistas que executaram menos da metade dos recursos comprometidos com a área social.

O fato relevante é que a **estratégia dos grupos dirigentes para enfrentar a crise é a da “maré baixa”, ou seja, eles precisam cometer o mínimo de erros e ganhar tempo. Na tradição secular brasileira os grupos dirigentes, frente à pressão popular, usam o seguinte método: 1) cooptação de lideranças (verbas e cargos pú-**

blicos); 2) concessões marginais e pontuais para a população; 3) reforminhas políticas e eleitorais inócuas; 4) promessas que não serão cumpridas; e 5) repressão. A divisão de trabalho no poder executivo é a seguinte: a instância municipal foca nas concessões marginais e pontuais; a instância estadual se concentra na repressão violenta; a instância federal encaminha reforminhas inócuas e, com a escalada da crise, entra com a repressão ainda mais violenta; e as três instâncias dividem as tarefas de cooptar lideranças e comprometer-se com promessas que não serão cumpridas. Este processo se repete na crise atual.

P: Quais são as perspectivas?

R: O Modelo Liberal Periférico tem tido fraco desempenho pelos padrões históricos brasileiros e pelos atuais padrões internacionais, inclusive durante os governos Lula e Dilma. E, como resultado do MLP, o país está em trajetória de Desenvolvimento às Aressas. Se continuarmos com este modelo e nesta trajetória, a poucos anos do bicentenário da independência o país faz viagem rumo ao passado. Os governos petistas são os principais responsáveis, visto que o Brasil Invertebrado, o Brasil Negativado e o transformismo do PT agravam a crise sistêmica.

O Brasil entranha-se em trajetória de fraco desempenho econômico, com recorrentes momentos de instabilidade e crise, e embrenha-se em nuvens cinzentas que turvam o caminho do desenvolvimento social, político, ético e institucional em função dos problemas estruturais que não são enfrentados. A “maré baixa” da revolta popular não mudará a trajetória de instabilidade porque os problemas estruturais permanecerão.

Os fatos fundamentais são

evidentes: problemas estruturais (econômicos, sociais, éticos, políticos e institucionais), déficit de lideranças e organizações, déficits de governança e de governabilidade, e crise institucional. Enfim, crise sistêmica. Não há registro de manifestações significativas contra o atual modelo de desenvolvimento. Não há indícios de propostas de reformas efetivamente estruturantes de um novo modelo. Ademais, a estratégia de “maré baixa” dos grupos dirigentes e dos setores dominantes é clara e para isso a tática é evidente: cooptação, concessões pontuais, conciliação, reforminhas políticas e institucionais, promessas não cumpridas e repressão violenta. Neste contexto, a probabilidade de que as revoltas populares atuais causem mudanças estruturais é pequena.

A trajetória futura é de instabilidade pelas seguintes razões: 1) a crise tem raízes estruturais; 2) a crise é sistêmica; 3) não é do interesse dos grupos dirigentes e dos setores dominantes realizar mudanças estruturais; e 4) no movimento popular não há convergência de entendimentos sobre as causas e responsabilidades da crise, nem sobre propostas de luta política.

O mais provável é a repetição do nosso conhecido drama histórico: êxito no curto prazo da estratégia de “maré baixa” dos grupos dirigentes e dos setores dominantes, que contam com a perda de fôlego, exaustão e fadiga dos manifestantes. Infelizmente é mínima a probabilidade de mudanças efetivas nas estruturas de poder e riqueza e, portanto, resta a persistência do Modelo Liberal Periférico e do Desenvolvimento às Aressas na trajetória de instabilidade e crise.

Junho de 2013: manifestações, tensões, perplexidade e questões em aberto

Eduardo Costa Pinto*

O mês de junho de 2013 já entrou para a história brasileira como o momento em que a população brasileira voltou às ruas para mostrar suas insatisfações. As manifestações alcançaram dimensões surpreendentes em termos de tamanho e abrangência. As ruas foram ocupadas em mais de 480 cidades, desde as grandes metrópoles até as pequenas localidades. As ruas falavam. Queriam ser ouvidas, representadas...

Os governantes e políticos dos diversos partidos ainda estão tentando compreender os protestos. Perplexidade e apreensão foram os novos sentimentos que passaram a fazer parte do imaginário político brasileiro após o dia 20 de junho de 2013. Ápice das manifestações em que milhões ocuparam as ruas do Brasil e a cúpula do Congresso Nacional. Dia também em que se viu, ao anoitecer, uma reação policial desproporcional contra as manifestações, sobretudo no Rio de Janeiro governado por Sergio Cabral, do PMDB. Ruas e vielas transformaram-se em praças de guerra, com direito a toque de recolher instituído pelas balas de borrachas e pelo gás lacrimogêneo das Polícias Militares (PMs) desse país.

O dia seguinte (21 de junho) foi de polvorosa em Brasília, centro do poder político nacional. Muitas reuniões no Palácio do Planalto e muita inquietação nos corredores do Congresso Nacional. A presidenta Dilma Rousseff realizou um pronunciamento em rede nacional à nação.

Àquela altura os governantes, os analistas e os jornalistas se perguntavam: será que as manifestações crescerão ainda mais? Quem são essas pessoas que ocuparam as ruas e quem são os seus líderes? Qual o motivo de tanta insatisfação? Por que uma população que hoje tem mais renda, emprego, televisões, celulares, computadores, acesso à internet e automóveis está tão insatisfeita? Muitas questões e poucas respostas.

Não se pretende aqui responder a tudo isso, mas sim apresentar elementos gerais a respeito das origens, das causas e das características das manifestações e de suas possíveis consequências.

O embrião desse movimento foi o ato contra o aumento de R\$ 0,20 nas tarifas do transporte coletivo de São Paulo (por Fernando Haddad, do PT), realizado em 6 de junho de 2013 e convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), que se autointitula apartidário.

O movimento inicialmente foi menosprezado, caracterizado como partidário e reprimido pela PM paulista. Os primeiros manifestantes inicialmente foram tipificados pela grande imprensa escrita e televisiva (Folha de São Paulo, Estadão, Globo, SBT, Bandeirantes, etc.) como vândalos ou baderneiros. O jornalista Arnaldo Jabor, durante editorial do Jornal da Globo do dia 13 de junho de 2013, fez a seguinte caracterização: “esse revoltosos de classe média não valem nem R\$ 0,20”.¹

A suposta “opinião pública” deu a deixa. O governado Geraldo Alckmin, do PSDB, achou que



estava legitimado e mandou reprimir de forma contundente o protesto do dia 13 de junho de 2013. Provavelmente, a PM paulista recebeu esse comando e achou que poderia atuar da mesma maneira (truculenta e brutal) que age na periferia: morto ou ferido em ação policial é bandido.

O que se viu foi uma violência policial contra os manifestantes e até contra jornalistas. Tudo isso foi gravado por câmeras da grande imprensa e por celulares dos jovens manifestantes. Rapidamente essas imagens foram parar na internet e nos meios de comunicação, gerando estarecimento. Por que esses jovens tiveram sua liberdade de manifestação cerceada? Isso não pode. A “opinião pública”, construída nas edições da grande imprensa, também mostrou sua indignação. Os que não valiam nem R\$ 0,20 foram transfigurados em portadores do sonho de um país melhor.

A truculência policial foi um dos combustíveis que impulsionou as manifestações. O movimento ga-

nhou uma dimensão inimaginável com a incorporação de milhares de pessoas que trouxeram outras demandas e o espírito de insatisfação generalizada, sobretudo com os serviços públicos prestados à população e com o sistema político atual.

A novidade disso tudo foi a enorme capacidade de mobilização das manifestantes, possibilitada pela internet e pelas ferramentas interativas (Facebook e Twitter). No dia 21 de junho de 2013, 62% dos manifestantes presentes obtiveram informações da existência do protesto por meio do Facebook, segundo Ibope.

A demanda inicial continuou a ser uma razão importante das manifestações. De forma adicional, a multidão passou a gritar por outras demandas. Segundo pesquisa do Ibope realizada com manifestantes do dia 21 de junho, as razões (em 1ª menção) que os levaram a estar ali foram: por melhorias no transporte público e redução da passagem (37,6%), contra o sistema político atual (29,9%), por melhorias na saúde e na educação (17,4%), contra a PEC 37 (projeto que pretendia retirar do Ministério Público o poder de investigação) (5,5%), contra os gastos excessivos com a Copa do Mundo (4,5%), entre outros motivos.

Alguns economistas e jornalistas econômicos tentaram construir a ideia de que as manifestações eram fruto do aumento generalizado da inflação – que estava rebatendo nos preços dos transportes públicos – decorrente da leniência da política macroeconômica do governo federal. Uma

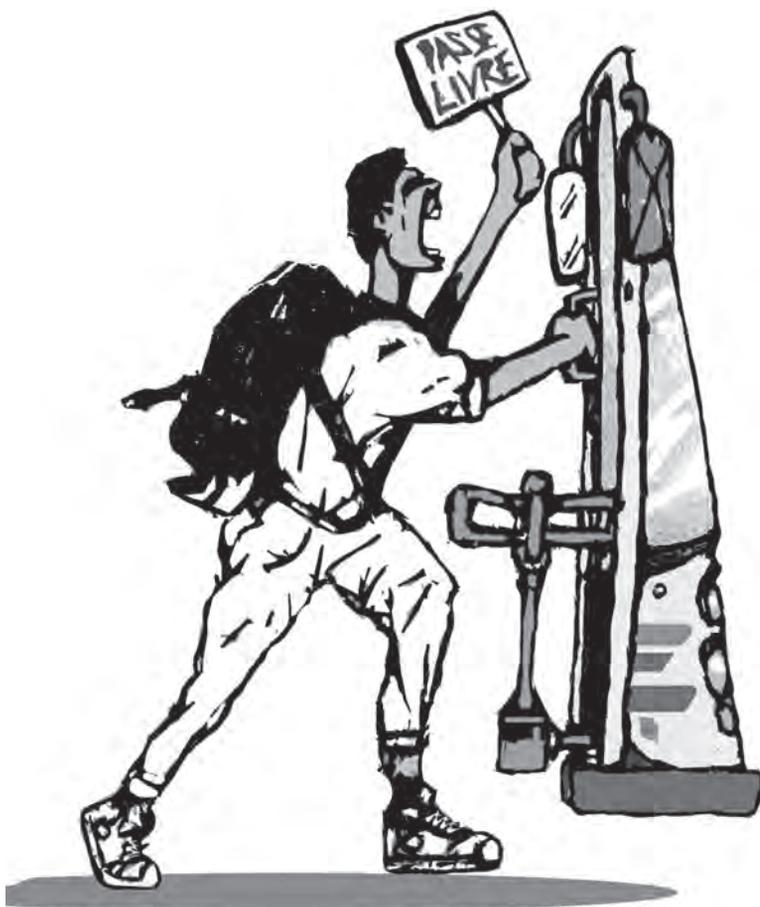
completa miopia!

Sim, é verdade que a inflação vem aumentando nos últimos meses. Também é verdade que, em maio de 2013 (no acumulado nos últimos 12 meses), os preços dos alimentos e bebidas alcançaram elevado patamar de 13,53% e da passagem do ônibus urbano cresceu 2,36%. Agora, atribuir à inflação um papel de destaque entre as razões das manifestações, num contexto de desemprego baixo e rendimentos reais crescentes, é um erro grave de diagnóstico.

Outra questão importante diz respeito às críticas ao atual sistema político. Dos manifestantes, 89% não se sentem representados por nenhum partido político. O que vivemos não é apenas uma crise do sistema eleitoral ou da corrupção do mensalão do PT, mas sim uma crise mais profunda de representação que assola o Brasil e muitos outros países do mundo.

Vive-se hoje uma crise da democracia representativa, em que os aspectos formais e procedimentais são reforçados em detrimento dos aspectos relacionais e representativos. Com isso, o sistema político perdeu sua eficiência em agregação de interesses e resolução de conflitos, à medida que os partidos perderam a capacidade de converter demandas específicas em programas de governo. Não é à toa que a palavra-chave das manifestações foi apartidário.

As ruas que outrora eram ocupadas pelo PT, pela CUT e pelos movimentos sociais agora são tomadas pela multidão sem partido e majoritariamente de classe média. Quando o presidente do PT de São Paulo convocou seus militantes para irem para a rua, o movimento acirrou ainda mais o sentimento apartidário, reforçando posições de pequenos grupos or-



ganizados de direita nacionalista que faziam parte da multidão.

Nos últimos dez anos, sob governos do PT (Lula e Dilma), verificaram-se melhorias sociais e econômicas na base da pirâmide e em seu topo (aumento das taxas de lucros dos diversos segmentos) e certo achatamento dos rendimentos no meio da pirâmide (classe média). A despeito da melhora dos de cima e dos de baixo, o PT perdeu sua aura de partido diferenciado com o episódio do mensalão e sua capacidade narrativa de “mudar o país” com o pacto que fez com o PMDB, que representa a blindagem contra as forças sociais. Com isso, o PT tornou-se um partido igual aos outros, acentuando a crise de representação no Brasil.

O grosso desses manifestantes era formado por jovens (63% com idade entre 14 e 29 anos), com elevado nível de escolaridade (43% com superior comple-

to e 49% com colegial completo ou superior incompleto) e com renda familiar média ou elevada (23% acima de 10 salários mínimos e 26% entre 5 e 10 salários mínimos), segundo o Ibope. Esse perfil socioeconômico mostra que boa parte dos manifestantes vincula-se à classe média (tradicional) e em menor parte a chamada nova classe média.

Arrisco-me a dizer que a maioria desses jovens manifestantes se enxergava como a própria manifestação. Algo meio freudiano. Liberal em sua essência. Queriam ter suas demandas atendidas (mais serviços públicos com qualidade e novo sistema político) ou no mínimo ter seus cartazes expostos para o mundo. Para isso era preciso estar ao lado de uma multidão de diferentes.

É claro que também nessa multidão existiam grupos organizados, tais como a direita nacionalista e a esquerda mais vinculada

aos movimentos sociais tradicionais. Sem dúvida eram grupos minoritários que não conseguiram disputar o movimento. Quando tentaram geraram refluxos. Essa massa de jovens não admite líderes!

O perfil e a dinâmica dessas manifestações, que vêm se espalhando pelo mundo, trazem à tona questões reflexivas. Alguns, como Manuel Castells, acreditam que esse novo tipo de movimento possibilita a constituição de um novo tipo de democracia substantiva, ao passo que outros, como Gabriel Cohn, veem a necessidade da reconstrução partidária funcionando como instâncias formadoras de debate e reflexão.

Independente dessa discussão geral, o que se tem claro é que a ocupação das ruas no Brasil obteve alguns resultados de curto prazo, tais como a redução da tarifa de transporte público em diversas cidades, a rejeição da PEC 37 na Câmara dos Deputados, a mobilização do executivo federal para ampliar e melhorar os serviços públicos (transporte, educação e saúde), entre outras medidas.

A apreensão dos políticos com as manifestações parece ter quebrado a inércia até pelo menos a próxima eleição. Avançar além disso requer mudanças mais profundas nos partidos e nos sistemas de representação que não estão postas na atual conjuntura econômica e política brasileira.

* É professor de economia política do IE/UFRJ, ex-técnico de pesquisa e planejamento do Ipea; e doutor em Economia pela UFRJ. E-mail: eduardo.pinto@ie.ufrj.br

1 Depois de uma frase como essa, a jornalista do Globo Miriam Leitão ainda se perguntou, em seu blog, no dia 21 de junho, por que os repórteres têm sido “alvos de inexplicável hostilidade de ambos os lados”.

A era das imposturas na berlinda

Paulo Passarinho*

Definitivamente, as manifestações que tomaram conta do país no mês de junho entram para a nossa história. Foram mobilizações populares de dimensões jamais imaginadas, ocorrendo de forma seguida, crescente e envolvendo um número expressivo de cidades. Oferecem as mais variadas formas de explicação para as suas razões. “Mudar o Brasil” é a bandeira que talvez melhor sintetize o espírito e ânimo dos que deram vida aos protestos.

Mas mudar o Brasil por quê?

Porque há um forte sentimento de frustração com o mundo da política, os políticos e suas instituições. Mostra que o desprezo que esse mundo dispensa ao que é de interesse público tem o seu preço. A apropriação desse mundo pela lógica dos interesses empresariais, privados, coloca o que de fato deveria ser prioritário – o interesse público – como uma questão menor ou meramente retórica.

A melhor tradução desse tipo de divórcio, entre a ação política real e o interesse público, ficou escancarada com o conjunto de abusos que as chamadas obras da Copa produziram.

Em um contexto onde são gritantes as carências essenciais do

povo – como a saúde, a educação e os transportes urbanos – muito dinheiro foi utilizado para a construção de estádios para lá de questionáveis, com preços astronômicos e inúmeras vantagens para um seleto número de empresas.

A pergunta sobre o porquê da necessidade de mudanças também encarna um curioso e aparente paradoxo: afinal, não estávamos atravessando um auspicioso momento histórico?

Apesar da propalada campanha midiática sobre as supostas mudanças estruturais brasileiras, ocorridas a partir do Plano Real, a realidade parece teimosamente mostrar o contrário. Neodesenvolvimentismo, nova classe média, ascensão social de milhões de brasileiros, fim da miséria, fim da dívida externa, fim da inflação ou o sucesso das privatizações, imposturas sustentadas pelas classes dominantes, por seus meios de comunicação e por um leque de partidos corrompidos pelos interesses de poderosos grupos econômicos, parecem não se coadunarem com o grito das ruas.

E esta parece a questão crucial a ser

enfrentada: a hegemonia da economia política que gestou o Plano Real chega ao seu fim. Afinal, ela mostra a sua incapacidade cabal em responder às demandas de uma sociedade que exige direitos.

Desde a eleição de Collor, no início dos anos noventa, a agenda política de interesse dos bancos e das multinacionais tem ditado os rumos do país. A partir do fim do processo de renegociação da dívida externa, do início das privatizações e do plano monetário que procurava sustentar a paridade de valor da moeda nacional com o dólar, demos início a uma séria mudança no modelo econômico do país, extremamente perigosa para o nosso futuro.

Contudo, a forte redução dos índices de inflação, o aumento do mercado de consumo e fases de crescimento interno – acompanhando as ondas expansionistas da economia internacional – têm dado fôlego econômico e político para a consolidação de um modelo de subdesenvolvimento e dependência externa do país.

O fôlego político desse modelo pode ser comprovado pelas duas sucessivas eleições



de FHC, ambas já no primeiro turno das eleições disputadas em 1994 e 1998; e pelas duas eleições disputadas e ganhas pelo PT, em 2006 e 2010. A exceção foi a eleição de 2002. Apesar do produzido “Lulinha, paz e amor”, sua campanha se sustentava – e se legitimou como alternativa ao PSDB – na forte crítica que o PT e seus aliados sempre fizeram ao modelo dos bancos e multinacionais que, naquele momento, dava mais uma vez sinais de seu esgotamento.

Entretanto, como sabemos, apesar da vitória eleitoral, a identidade crítica e o programa original do PT ficaram para trás. Entrou em cena paulatinamente o dominante lulismo, no comando de um novo centrão con-



servador, muito mais forte que o pacto original do Plano Real, construído pelo PSDB.

O lulismo deu fôlego e sobriedade ao modelo dos bancos e multinacionais, ampliando o seu leque de apoio, com a crescente cessão de espaços ao agronegócio e aos fundos de pensão, que desde a fase mais intensa das privatizações, com FHC, já haviam sido cooptados. O lulismo também atraiu e neutralizou as direções de entidades e movimentos sociais anteriormente combativos.

No plano econômico, além de manter o tripé da política macroeconômica que se traduz em juros altos, arrocho fiscal e câmbio valorizado, o governo Lula aprofundou e fortaleceu políticas sociais focalizadas, conforme recomendação do Banco Mundial, e manteve e ampliou a política de recuperação do valor real do salário-mínimo, iniciada com FHC.

Com a forte expansão e valorização do comércio internacional das commodities, entre os anos de 2003 e 2007, as contas externas apresentaram saldos em conta corrente, reduzindo em muito o risco-país no mercado internacional de crédito. Grandes empresas e bancos, captando recursos financeiros no exterior a um custo reduzido, e encontrando no Brasil aplicações financeiras e oportunidades de negócios variadas, ampliaram o mercado de crédito de forma inédita no país.

A ampliação do consumo das classes pobre e média, através do mercado de crédito a altas taxas de juros, garantia uma dupla vantagem: alta rentabilidade para o capital e a expansão do consumo das famílias, via endividamento. Politicamente, permitiu a apologia de uma concepção de cidadania baseada no consumo

mercantil, intensamente capitalizado pelos grandes meios de comunicação e pelo governo.

Ao mesmo tempo, o calvário das políticas públicas voltadas à população se acentuava. A política de câmbio flutuante, e sobrevalorizado, impõe a política monetária de juros reais elevados e crescentes despesas financeiras. Com isso, quase metade do orçamento anual da União é consumido com o pagamento de encargos financeiros, impondo o constrangimento fiscal que apenas, especialmente, as despesas sociais sob responsabilidade do Estado.

A crise internacional, que explode a partir de 2007 e 2008, começa por inverter os sinais das contas externas brasileiras, a partir da redução dos saldos de comércio, pela pressão das crescentes despesas com importações, e pela elevação sistemática das despesas com remessa de lucros, juros e outros serviços.

O consumo das famílias, por sua vez, em decorrência do forte endividamento, ainda conseguiu se sustentar positivamente durante algum tempo, mas já demonstrou sinais da sua limitação. Por outro lado, as sucessivas medidas de incentivo ao consumo, isenções fiscais e facilidades de créditos subsidiados para as grandes empresas não foram capazes de reativar o ritmo de atividade econômica, em especial as taxas de investimento.

O resultado desse processo começa a se esboçar. Voltamos a ter baixas taxas de crescimento, em um ambiente econômico em que dependemos cada vez mais do sucesso das exportações de commodities. Além disso, o crescente endividamento financeiro da União, das empresas e

das famílias faz com que haja um claro limite para o tipo de política adotada. E o contexto internacional apenas agrava esse quadro interno, com a desaceleração da economia chinesa, a manutenção da crise europeia e o processo em curso de valorização da moeda americana.

É nesse contexto, agravado pela farrá de recursos públicos utilizados para a realização dos jogos da Copa do Mundo, que surgiu o caldo de cultura que agora se mostrou transbordando nos gigantescos protestos populares, puxados por uma juventude que quer mudanças.

Tendo como estopim o reajuste nos preços das tarifas dos transportes públicos, de péssima qualidade, de cidades onde a mobilidade urbana é cada vez mais um eufemismo, as reivindicações que se avolumam nas ruas agora se tornam complexas. A pauta que ora se projeta amplia as suas reivindicações, denuncia a transformação de nossas grandes cidades e dos governos de plantão em balcões de negócios e coloca a nu contradições evidentes, mas que até agora se encontravam represadas.

Os manifestantes questionaram partidos, lideranças e pediram desculpas à população, pois sustentam que “estamos mudando o Brasil”.

Este será o grande desafio. A indignação popular ganhou expressão nas ruas e tenderá, a partir de agora, a adquirir maior radicalidade na exigência de mudanças estruturais verdadeiras.

Ganha espaço a possibilidade de um modelo que subordine a lógica econômica às necessidades da maioria da população. Isso exigirá maior precisão, especialmente da oposição de esquerda

ao governo, na definição programática das mudanças que de forma difusa são exigidas nas ruas.

A alteração substantiva da política macroeconômica, a reforma do arcabouço jurídico-institucional – com destaque para a reforma política e a legislação regulatória dos meios de comunicação de massa –, além de antigas e acalentadas reformas econômicas estruturais, podem e devem voltar à ordem do dia.

Porém, há obstáculos gigantescos a serem enfrentados. No plano da economia real, a hegemonia política engendrada a partir do Plano Real nos deixa uma pesada herança. Desnacionalização da economia; regressão industrial traduzida pelo processo de substituição de peças, componentes e insumos nacionais por produção importada; fortalecimento dos oligopólios; domínio do setor financeiro e concentração de renda e riqueza por um seleto grupo de corporações empresariais; e política agrária e agrícola subordinadas à lógica do agronegócio são obstáculos gravíssimos que temos à frente.

As ruas exigem um novo tempo no horizonte político e na ordem econômica. A era das imposturas, que marca o país desde os anos noventa, pode estar com os seus dias contados, mas o país carece, hoje, de um mínimo consenso político que aponte para um novo modelo econômico e uma democracia de respeito às demandas populares, e não de submissão ao poder econômico. O que podemos esperar é que as ruas e a juventude venham a ser o fermento decisivo para a alvorada de uma nova era.

* Ex-presidente do Corecon-RJ, é apresentador do programa de rádio Faixa Livre.

O custo da hora parada no trânsito

Carlos Eduardo Frickmann Young*
Camilla Aguiar**

A exclusão social se manifesta não apenas pela desigualdade entre os rendimentos percebidos pela população ocupada, mas também pela carência na provisão de bens públicos e acesso à cidadania. Um dos elementos mais acentuados dessa exclusão social não monetizada é a deficiência nos sistemas de transporte público, especialmente na periferia das regiões metropolitanas.

Os efeitos perversos vão bem além do desconforto e perda de qualidade de vida: quanto maior o tempo (e custos associados) de deslocamento, menor a disponibilidade de tempo para educação e menor a participação na força do trabalho. Cria-se um ciclo vicioso: o indivíduo de baixa qualificação tem rendimento menor e, por isso, mora mais longe, gastando mais tempo no deslocamento, tendo menos tempo para participar de atividades de educação ou qualificação que poderiam elevar sua remuneração. Dessa forma, as deficiências no sistema de transporte público transformam-se em um mecanismo de exclusão social, principalmente na periferia das regiões metropolitanas. Não é coincidência, portanto, que boa parte da agenda reivindicatória das manifestações populares recentes concentre-se em temas relacionados a transportes públicos, bem como outros temas ligados a bens públicos e consumo não monetizado (saúde e educação públicas, por exemplo).

A situação é ainda mais grave na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). O estu-



do “Mobilidade urbana e pobreza no Rio de Janeiro”, de Valéria Pero e Vitor Mihessen, demonstra que a população na RMRJ tem gasto médio com transporte público na ordem de 4,0 % do orçamento familiar. Quando se excluiu a população da capital, esse valor atingiu 6,8%, valor que supera inclusive o gasto médio equivalente na periferia de São Paulo (3,3% do orçamento).

Mas a perda econômica vai muito além da tarifa: a RMRJ apresenta os piores indicadores de mobilidade no Brasil. Usando dados do Censo Demográfico de 2010, resultados preliminares do estudo em andamento “Sinal fechado: custo econômico do tempo de deslocamento para o trabalho no Estado do Rio de Janeiro”, de nossa elaboração, estimam que na RMRJ gasta-se em média 100 minutos diários no deslocamento para o trabalho. Nos municípios da Baixada

Fluminense mais afastados da capital, esses valores alcançam médias diárias de tempo de deslocamento de 146 minutos em Japeri e 128 minutos em Queimados.

Se esse tempo desperdiçado fosse valorado conservadoramente como apenas 50% do rendimento médio por hora, as perdas alcançariam R\$ 7 bilhões anuais, ou cerca de 3% do PIB da RMRJ. Se a perda for contabilizada pelo valor integral da hora média de trabalho, os valores alcançariam R\$ 13,5 bilhões anuais, ou 6,2% da RMRJ. A Tabela 1 sintetiza as perdas em tempo de deslocamento para o trabalho no Estado do Rio de Janeiro de acordo com distintos cenários de valoração.

Em termos municipais, o desperdício de horas trabalhadas é ainda pior: usando o redutor de 70% do valor médio da hora de trabalho, 11 municípios teriam perdas superiores a 5% do PIB: São Gonçalo

(7,2% do PIB municipal), Belford Roxo (6,9%), Nilópolis (6,5%), Maricá (6,2%), Japeri (6,1%), São João de Meriti (6,0%), Nova Iguaçu (5,9%), Itaboraí (5,7%), Magé (5,6%), Niterói (5,6%) e Queimados (5,1%). Se o custo da hora perdida for estimado pelo valor integral do rendimento médio, a perda do PIB de todos os municípios da RMRJ, em termos agregados, alcançaria 4,9% do PIB. Em contraste, nos municípios fluminenses fora da RMRJ, onde a média diária de deslocamento é de 56 minutos, as perdas são bem menores, de 0,8 a 1,7% do PIB.

É interessante notar que, na RMRJ, Itaguaí apresenta a menor perda relativa (de 0,7% a 1,3% do PIB). Esse município caracteriza-se pela presença de um polo econômico (Porto de Itaguaí), e 80% da população ocupada trabalha dentro do próprio município. De forma semelhante, Duque de

Tabela 1. Impacto do tempo de deslocamento no PIB por município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010

	Valor da hora perdida = 50% do rendimento	Valor da hora perdida = 70% do rendimento	Valor da hora perdida = 100% do rendimento
Região Metropolitana	R\$ 6,7 bilhões	R\$ 9,4 bilhões	R\$ 13,5 bilhões
% do PIB	2,5%	4,3%	4,9%
Interior	R\$ 1,1 bilhões	R\$ 1,5 bilhões	R\$ 2,2 bilhões
% do PIB	0,8%	1,2%	1,7%
Total Estado	R\$ 7,8 bilhões	R\$ 11,0 bilhões	R\$ 15,7 bilhões
% do PIB	1,9%	3,4%	3,8%

Fonte: Young, CEF; Aguiar, C; Possas, E. *Sinal fechado: custo econômico do tempo de deslocamento para o trabalho no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, 2013.

Caxias, outro município com polo econômico em seu interior (refinaria), apresenta perda relativamente pequena (de 1,3% a 3,6% do PIB). Em contraste, as perdas maiores ocorrem em municípios-dormitório, com baixo nível de atividade em seu território e com a maioria da população deslocando-se para fora (principalmente para a capital do Estado) para trabalhar. Os valores mais altos ocorrem em

São Gonçalo (de 4,7% a 9,4% do PIB) e Mesquita (de 4,7% a 9,3% do PIB) com alto tempo de deslocamento, mas com rendimento médio superior aos municípios mais distantes, Japeri (de 3,9% a 7,9% do PIB) e Queimados (de 3,3% a 6,6% do PIB). Isso significa que não basta apenas investir na melhoria do transporte público: a descentralização de atividades econômicas fora da capital é também

fundamental para garantir a redução do tempo de deslocamento e, de forma geral, melhoria na qualidade de vida, de forma especialmente mais equilibrada.

Os resultados também mostram que quanto menor o nível de educação formal, maior o tempo gasto em deslocamento. O Gráfico 1 ilustra esse problema mostrando a fortíssima relação negativa entre o tempo de deslocamento

e o componente “educação” do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para o Estado do Rio de Janeiro.

Esses resultados sugerem que a redução do tempo de deslocamento traria benefícios não só para o aumento da produtividade do trabalho como também para políticas de educação, qualificação e, de forma geral, inclusão social. Em outras palavras, garantir melhor transporte público é condição necessária para garantir melhor instrução e qualificação e, portanto, inclusão social.

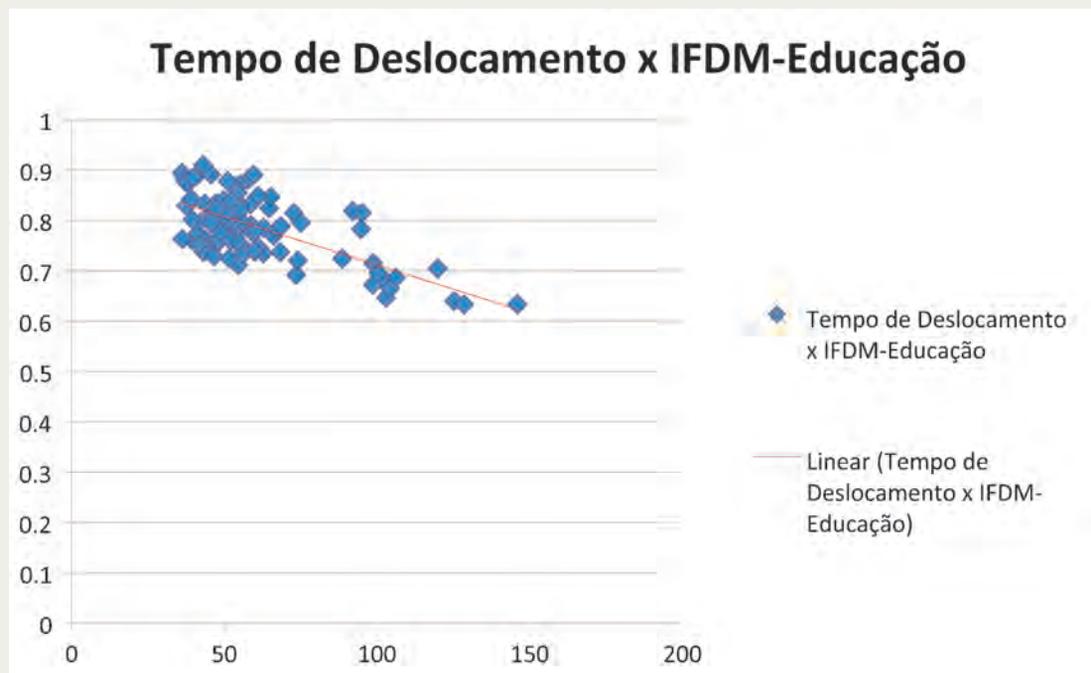
Por fim, deve-se ressaltar que só se considerou a perda de tempo das pessoas ocupadas: estudantes e aposentados, por exemplo, não são considerados na estatística. Além disso, a perda está subestimada por não considerar outros aspectos relacionados ao desconforto e perda de qualidade de vida (contaminação do ar, doenças cardiorrespiratórias, riscos de acidentes). Embora esses custos não sejam diretamente computados, eles acabam percebidos pela população que sofre cotidianamente desses problemas.

Em outras palavras, uma melhoria significativa no sistema de transportes públicos, junto com a descentralização dos polos econômicos do Estado do Rio de Janeiro, evitaria não só o custo de horas de trabalho desperdiçadas, mas também os custos oriundos do passivo ambiental, além de ser instrumento fundamental para garantia de inclusão social e cidadania, principalmente para a população residente nas periferias da Região Metropolitana.

* É professor do IE/UFRJ e coordenador do Grupo de Economia do Meio Ambiente (Gema - IE/UFRJ)

** Camilla Aguiar é pesquisadora do Gema - IE/UFRJ.

Gráfico 1: Tempo de deslocamento e nível de educação, municípios do Rio de Janeiro, 2010



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE e IFDM-FIRJAN

Os Protestos Sociais e suas Raízes Econômicas

Fábio Guedes Gomes*

A erupção e intensidade dos protestos sociais em várias e importantes cidades brasileiras, em plena realização da Copa das Confederações, provocaram perplexidades, dúvidas e muitas expectativas na população brasileira, na opinião pública, nacional e estrangeira, e em nossos governantes. Desde as mobilizações políticas a favor do *impeachment* do presidente Fernando Collor, o país não assistia algo parecido. De todos os ângulos e direções, partiram análises, opiniões e reflexões sobre os acontecimentos e suas consequências.

As mais apressadas buscavam semelhanças com os movimentos sociais ocorridos em países como Tunísia, Egito e Líbia. O mais recente, na cidade turca de Istambul, serviu de referência para os intelectuais pós-modernos concluir estarmos, definitivamente, no radar das grandes manifestações mundo afora. Pode-se concordar que os instrumentos e meios operacionais de mobilização são parecidos, mas complicando concluir que as causas, motivações e determinantes são iguais, aqui como acolá.

Certamente, algo de muito estranho acontece com o processo civilizatório brasileiro recente. Desde 2003 nos acostumamos a ouvir vozes, oficiais e não oficiais, falando da exuberância do emprego, do sucesso das ações do governo, do alto grau de satisfação do povo etc. Essas seriam as razões para o desempenho dos últimos dois pleitos eleitorais do Partido dos Trabalhadores. Não obstante isso, a realidade parece plasmar-

se por outras mãos e enxergada por olhos mais vulpinos. É o que pode ser deduzido pelos protestos que explodiram nas ruas das cidades brasileiras, pelos números que indicam um comportamento quase nulo do PIB *per capita*, nos últimos 20 anos, e a incompletude ou despedaçamento dos serviços de saúde, educação e segurança, sem falar da precária infraestrutura da maioria de nossas rodovias, ferrovias, portos, aeroportos etc. Como explicar esse paradoxo?

Enquanto o Governo Federal agir, disciplinadamente, sobretudo no ordenamento das finanças do Estado, de modo a garantir fluxos regulares de pagamentos de vultosos volumes de juros e amortizações (que nunca amortizam!), os homens de negócios e os financistas esmerar-se-ão em construir um discurso ideológico reafirmando a correção dessa política, a defesa apaixonada da ortodoxia fiscal e monetária, a diminuição da vulnerabilidade externa¹ e a retomada da soberania e autonomia sobre o futuro do país. Assim, qualquer alternativa levar-nos-á ao caos, dizem!

De outro modo, os trabalhos voltados para maior conhecimento da realidade brasileira são extremamente casuísticos, formais e positivistas. Da maioria das análises sobre economia brasileira tem-se a sensação de que nada parece muito ruim ou que poderia mudar de rumo para a obtenção de resultados melhores. Concluem, quase sempre, que as intervenções, na realidade, estão sendo corretas e legítimas, apenas carecendo aqui, ali e acolá de pequenos ajustes no campo da gestão, principalmente macroeconômica.



Por exemplo, apesar de o Sistema Único de Saúde (SUS) ter sido implantado há mais de duas décadas, as reflexões são sempre circulares, com abordagens relativas à forma de implantação neste ou naquele lugar; como se deu o processo de descentralização plena para o município tal ou qual; como foi formado o Conselho Municipal de Saúde etc. Na verdade, desde 1988 que o Sistema de Seguridade Social (SS) se encontra muito distante de ofertar serviços de boa qualidade. Todos os seus três componentes (Previdência Social, Saúde e Assistência Social) têm dificuldades de funcionamento. Entre 2008 e 2011, as receitas da Previdência Social cresceram 41,4%, enquanto os benefícios aumentaram em 37,5%, desfazendo o mito que temos déficit. Mais importante: o resultado fiscal na SS, no mesmo período, foi de 231,2 bilhões (12,9% do total das receitas). Subtraindo 176,5 bilhões da Desvinculação de Recursos da União (DRU), o saldo líquido para o período foi de 54,7

bilhões². Pelo menos no campo da saúde os recursos existem, mas eles são exauridos: pelo superávit primário, pelas redes de corrupção e pela ineficiência na gestão.

Assim, quando se investiga sobre os resultados da política pública de saúde, a maioria das análises busca sempre destacar que a implantação do SUS levou ao aumento expressivo no número de atendimentos, particularmente, aqueles de média e alta complexidade. As análises nunca respondem como o sistema funciona e em que condições; como o orçamento é executado e os recursos aplicados. Nossos estudos não estão muito preocupados com questões desse tipo, salvo honrosas exceções. Esse procedimento é estendido para outras áreas, a exemplo da educação, segurança pública, infraestrutura etc. Mais preocupante é que o governo federal e os órgãos de financiamento estão reféns dessa agenda elaborada pelas universidades, institutos de pesquisa e, principalmente, consultorias.

Desenvolve-se, assim, uma rede de difícil dissolução porque o resultado de um trabalho sempre alimenta outro, com efeitos circulares, estabelecendo “verdades” pouco fundamentadas na realidade, mas consolidadas. Geralmente, tentam “contar uma história, uma narrativa, apontar diagnósticos” com base em um empirismo estatístico-modelar, completamente distante da realidade concreta. Por essa razão Gonçalves (2013: viii) afirma que no país “a marcha da insensatez baseia-se na ilusão de que há desempenho apropriado, velocidade adequada, prumo certo e rumo corre-

to”. Ainda que “as visões e análises sobre a economia e a sociedade no Brasil são, na maioria, incapazes de fazer a distinção entre pouca verdade, alguma má-fé e, principalmente, muita ilusão” (p. 2).

Existe uma crença generalizada de que ações dos governos funcionam mal em razão da falta ou da insuficiência de recursos; assim, a única forma de consertá-las é aumentando o orçamento de gastos. Quando eclode uma crise fora do padrão normal da crise permanente na saúde, com óbitos em massa e/ou os corredores servindo de enfermarias em hospitais públicos; na educação, quando se divulga, os horrores das estatísticas de desempenho dos alunos da escola pública; e na segurança, quando o crime organizado produz ações sincronizadas da mesma natureza por período longo, os governantes municipais, estaduais e federais

ecoam em uníssono um discurso bastante conhecido: “a tragédia é resultado da falta de recursos”.

Nesse sentido, o apelo é para que o Congresso brasileiro e o Tesouro Nacional sejam mais generosos quando da elaboração do orçamento ou nos percentuais de vinculação de recursos às referidas áreas. Invariavelmente, essa pregação é validada pela sociedade não usuária dos serviços públicos³, pela mídia e pelos órgãos de controle. Com isso, tanto a inépcia administrativa, quanto a imoralidade dos gestores e gerentes públicos, como a verdade do destino dos recursos públicos, ficam todas protegidas.

Ademais, o crescimento exponencial de nossas principais cidades nas últimas três décadas determinou mudanças radicais na paisagem urbana, causando movimentos de ascensão e queda de

espaços econômicos e sociais⁴, cabendo uma reestruturação espacial completa dos equipamentos públicos, e não necessariamente a sua ampliação com a construção de mais unidades, bem como a ampliação dos espaços de convivência coletiva. E foi por esse lado que as mobilizações sociais começaram, questionando a falta de direitos à acessibilidade e mobilidade urbana.

Quando o povo foi às ruas estava questionando, na verdade, por que os serviços públicos de consumo coletivos oferecidos pelo Estado estão aquém da demanda social e são de péssima qualidade e para onde estão indo os recursos públicos.

Por exemplo, enquanto na saúde os resultados nefastos são imediatos e visíveis, no caso da educação o mau ensino ofertado pelo Estado, nas três esferas de com-

petência, produz efeitos de forma mais lenta, mais suave, pouco perceptível. Neste momento a sociedade começa a pagar o alto custo perpetrado pela irresponsabilidade na gestão e na gerência daqueles que vêm conduzindo os nossos destinos nas últimas duas décadas. Os efeitos já são sentidos na nossa tragédia cotidiana e os protestos sociais representam a rebelião contra esse estado de coisas. O nosso Modelo Liberal Periférico de desenvolvimento está sendo agora questionado pela sociedade.

* É economista, mestre em Economia pela UFPB, doutor em Administração pela EAUFBA e professor da graduação e Programa de Mestrado em Economia da FEAC/UFAL. E-mail: fbgg30@yahoo.com.br

1 Sobre o assunto, ver a mais nova e excelente análise crítica de GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às Avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013. Nela o autor destrincha as características de nosso Modelo Liberal Periférico (MPL).

2 JÚNIOR, Geraldo Medeiros; ALVES, Renato Augusto da Silva. *Gestão da Seguridade Social e a necessidade do superávit primário: uma análise sobre os resultados de 2011*. Revista Brasileira de Administração Política. Vol. 6, Salvador: EAUFBA, abr./2013, pp. 57-69.

3 Diferenciamos a sociedade não usuária porque a parte da sociedade usuária dos serviços públicos (a maioria) sabe muito bem que o problema não está na falta de recursos. É ela que frequenta, diariamente, os postos de saúde, os hospitais, as escolas, as delegacias e as cadeias públicas.

4 Conferir, por exemplo, o documento “Megaeventos e violação dos direitos humanos no Rio de Janeiro”, produzido pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, que denuncia mais um assalto ao espaço urbano em nome dos grandes interesses que envolvem investimentos e negócios privados. Acessado em <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>

